



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

**Políticas Públicas no Ensino Superior para Conter a Evasão:  
Considerações Preliminares**

Pedro Augusto Emiliano de Souza <sup>1</sup>  
Breno da Conceição Neto<sup>2</sup>  
Jeani Delgado Paschoal Moura<sup>3</sup>

**Resumo.** A evasão decorre de fatores sociais, econômicos, sociais, políticos e culturais e tem atingido nos últimos anos os cursos superiores. E, neste caso, é importante a criação de políticas públicas para combatê-las. O estudo tem o objetivo de discutir teoricamente a evasão e seus respectivos efeitos e quais ações podem ser tomadas no âmbito das políticas públicas para conter esse fenômeno. Metodologicamente é uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica. Portanto, a evasão pode ser combatida com políticas públicas e com ações das instituições, tais como projetos de iniciação científica, Pibid e Residência Pedagógica.

**Palavras-chave:** Evasão; Políticas Públicas; Ensino Superior.

**Abstract:** Evasion arises from social, economic, social, political and cultural factors and has affected higher education courses in recent years. And, in this case, it is important to create public policies to combat them. The study aims to theoretically discuss evasion and its respective effects and what actions can be taken within the scope of public policies to contain this phenomenon. Methodologically, it is a qualitative research of a bibliographic nature. Therefore, evasion can be combated with public policies and institutional actions, such as scientific initiation projects, Pibid and Pedagogical Residency.

**Keywords:** Evasion; Public policy; University education.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, muitos estudos tem sido realizados a respeito dos índices e causalidades da evasão nos cursos de graduação, após um momento de grande acesso nesse nível de educação, qual foi em decorrência de políticas públicas quais criaram programas para que o acesso ao ensino superior fosse democratizado.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Geografia. pedro.augusto.emiliano@uel.br

<sup>2</sup> Professor, Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UEL, breno.neto2023@uel.br

<sup>3</sup> Professora do Depto de Geografia da Universidade Estadual de Londrina. jeanimoura@uel.br



É válido ressaltar, que tal fenômeno é investigado por pesquisadores, até mesmo como ação diagnóstica, para que posteriormente possam ser pensadas em políticas públicas para conter a evasão, pois tal fato gera graves problemas para as instituições de ensino como também para a sociedade, no entanto, cabe reflexões a respeito dos fatores que condicionam a evasão, qual pode ser compreendida diante de fatores internos e externos às Instituições de Ensino Superior (IES).

O objetivo central deste estudo é discutir teoricamente a evasão e seus respectivos efeitos e quais ações podem ser tomadas no âmbito das políticas públicas para conter esse fenômeno, ou seja, quais são as estratégias mediante programas governamentais sustentados enquanto política pública, para que a evasão seja contida. Nessa perspectiva, busca-se responder o seguinte questionamento: o que é o fenômeno da evasão e quais políticas públicas existentes podem cooperar para manter os discentes matriculados?

Metodologicamente, esta pesquisa é qualitativa e de cunho bibliográfica. Sendo assim, para sua realização, contou com levantamento de textos de autores que debatem o respectivo assunto. Portanto, o trabalho está organizado em dois momentos. No primeiro, é apresentado de forma conceitual o que é a evasão, suas tipologias e sua relação com o pensamento de Pierre Bourdieu (1980; 1982), mais especificamente quando trata-se do capital cultural.

Na segunda etapa, é abordado algumas ações, frutos de políticas públicas que existem nas universidades, que inferimos que são atuações frente ao combate direto e indireto das evasões, no caso o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), a Residência Pedagógica (RP) e a Iniciação Científica (IC). Pois, sabe-se que algum dos motivos dos estudantes desistirem são por questões financeiras. E, o Pibid, a RP e as IC's ofertam bolsas que podem auxiliar os graduandos nos seus respectivos cursos.

No entanto, considera-se que a evasão é um fenômeno que carece de muitos estudos, para que com estes, possam ser repensadas as ações para seu combate. Além do mais, compreender dentro das universidades, os fatores geradores das evasões, não como um "simples abandono", mas pôr-se diante de reflexões a respeito dos fatores horizontais que estão por trás dessas desistências.

## **EDUCAÇÃO E EVASÃO**

A educação é um direito conquistado e considerado subjetivo. Acredita-se que, por meio dela, a exclusão em seus mais diversos níveis e ações podem ser reduzidas. Mas, sabe-se que ainda há uma estrutura excludente dentro das Instituições De Ensino Superior (IES), qual coopera para manter a segregação.



Tratando-se da educação, acredita-se que ela é a “alavanca” para as transformações sociais e assumir um posicionamento crítico diante da realidade qual está inserido. Porém, por alguns fatores, esse acesso à educação é privativo para alguns, em algumas razões que geram a evasão.

Sobre a evasão, segundo estudos de Silva (2009), acontece em diversas nações e é considerada um fato generalizado e requer uma variedade de intervenções por parte de alunos, pais, professores, autoridades educacionais, formuladores de políticas públicas, líderes políticos, empresariais e comunitários para ser enfrentada. Haja vista que seus efeitos no âmbito social são severos, pois gera um déficit na formação profissional.

Assim, entende-se que a evasão é um ato de rejeição do estudante ao ambiente acadêmico, qual pode ser vista como a dificuldade do aluno em ajustar-se ao ambiente universitário. Entende-se que essa estrutura colabora para o isolamento social, deixando o discente cada vez mais distante da IES (Voos, 2016).

Nessa perspectiva, a evasão segundo Rocha (2015), pode ser caracterizado pelas demandas pessoais dos discentes, por não conseguir avançar nos estudos em decorrência de dificuldades ou lacunas que não sofram supridas no âmbito da aprendizagem ou de conhecimentos básicos, de forma voluntária ou obrigatória.

De modo complexo por envolver questões sociais, econômicas, políticas e pessoais a evasão ocorre em decorrência de diversos fatores, que levam o estudante a ter dúvidas sobre o seu processo de formação acadêmica. Rocha (2015) assume a ideia de que a evasão precisa ser analisada dentro de um contexto histórico, pois por meio disso, poderá perceber a realidade do indivíduo que deixa os estudos, e que pode estar associados ao seu nível de aprendizagem e/ou capital cultural.

Por isso, para que o fenômeno em estudo possa ser entendido, é válido observar alguns critérios, tais como: a estrutura da qual o estudante se evadiu (curso, instituição e sistema); a decisão (voluntária ou desligamento institucional); tipo de evasão (cancelamento, abandono, trancamento, entre outros); o período que o estudante permaneceu fora do sistema (evasão definitiva ou temporária); a fase em que ocorreu a evasão (início, meio ou final do curso) (Polydoro, 2000).

Esses e outros aspectos influenciam no abandono no ensino superior. Nesses critérios elencados por Polydoro (2000), a mudança de curso ou de instituição é associada com a evasão. Pois a modo estrutural, elas tem seus respectivos padrões, qual muitos não se adequam por decorrência do contexto qual vivem.

No entanto, Lobo (2012) explicita três tipos de evasão: a) acadêmico, que vai originar todas as outras, ou seja, a desistência do aluno acaba gerando a evasão do curso; b) a evasão da IES; c) a evasão do sistema de ensino superior, e afirma que só é possível



mediá-la com precisão por meio do acompanhamento da evolução da situação individualizada de cada estudante.

Já em Rodrigues (2012) nota-se dois tipos de evasão existentes: a) a evasão do curso, que ocorre quando o estudante abandona o curso ou se realoca para outro. A principal característica dessa evasão é que o discente não abandona a IES, podendo procurar outro processo seletivo ou a transferência para outro curso. b) e a evasão é caracterizada por abandono da IES, o discente para e frequentar a instituição mas, o mesmo pode terminar o seu curso em outra IES, mas não abandonando o sistema de ensino superior.

Por fim, ocorre a evasão do sistema, quando o discente se desliga totalmente da IES, não pedindo transferência para outro curso nem participando de outro processo seletivo, a evasão do sistema pode se enquadrar como definitiva ou temporária. O cidadão abandona totalmente qualquer tipo de educação superior (Lobo, 2012).

Cardoso (2008) ressalta dois tópicos, a evasão, e a mobilidade. A evasão remete aos alunos que saíram da universidade sem a conclusão do curso. A mobilidade é a transferência entre cursos, podendo ser dentro própria instituição ou para outra IES.

Para entender o fenômeno de evasão dos estudantes nas IES, Polydoro (2000) afirma que é necessário observar alguns critérios ao abordar a evasão, a estrutura da qual o estudante se evadiu (curso, instituição e sistema); a decisão (voluntária ou desligamento institucional); tipo de evasão (cancelamento, abandono, trancamento, entre outras); o período que o estudante permaneceu fora do sistema (evasão definitiva ou temporária); a fase em que ocorreu a evasão (início, meio ou final do curso); esses e outros aspectos influenciam no abandono no ensino superior.

Nesses critérios elencados por Polydoro (2000), a mudança de curso ou de instituição é associada com a evasão. É importante salientar que, são necessárias políticas públicas que atuem direta e/ou indiretamente para combater a evasão. Por mais que seja um fenômeno que decorre de diversos outros fatores, é importante que ações sejam elaboradas para que o direito à educação, como também, a permanência nas IES sejam garantidas.

Em concordância, Freitas (2016, p. 23) defende que:

[...] ao se pretender uma mudança nas ocorrências de fenômenos, como a diminuição do número de casos de evasão, é preciso buscar formas de intervenção, as quais devem se fundamentar no entendimento das causas, motivos ou condições associadas ao fenômeno.

Assim, algumas ações que ocorrem nas IES podem ser utilizadas para este fim, haja vista que, ainda são necessárias mais atitudes e medidas adivinhas do Estado para combater a evasão, porém algumas ações, tais como o Pibid, Residência Pedagogia e



Iniciação Científica (IC) podem cooperar com que o aluno se mantenha em seu respectivo curso e se manter com a bolsa financeira qual recebe mensalmente.

Mediante as estruturas quais as IES tem, considera-se que elas mantêm o padrão das elites. Assim, quando um indivíduo qual não se enquadra nesses princípios acaba por ser rejeitado. Nisso, os padrões legitimadores prevalecem e “obriga” com que os que não “conseguem” acompanhar seu respectivo ritmo e padrão, abandonar o curso.

O capital cultural, segundo os pressupostos de Bourdieu (1982), está vinculado com valores e hábitos transmitidos pela família. Mediante a isso, considera-se que o rendimento escolar e/ou acadêmico está diretamente vinculado com sua estrutura familiar, como fator cultural (Nogueira; Catani, 1998).

Não consideramos a cultura como sendo uma superior ou inferior à outra. Mas, grupos sociais mais favorecidos passam para seus membros valores e padrões hegemônicos da sociedade, ou seja, um padrão “legítimo” (Bourdieu, 1982). E por meio dessa ideia, pode-se correlacionar com a evasão, pois há alunos que deixam o curso por não conseguirem acompanhar os padrões que as IES têm.

A modo que influencia os rumos da vida escolar e aqui neste estudo, correlacionamos, com a acadêmica, o capital cultural favorece alguns indivíduos, os que tem acesso a este recurso (Bourdieu, 1980). Além do mais, é importante, como já mencionado, quando trata-se da evasão, compreender o contexto social do indivíduo que evade. Essa ação envolve-se diretamente com um conceito também elaborado por Bourdieu (1982), qual é o poder do simbólico.

Definido como produção e reprodução das estruturas já estruturadas no âmbito social, ou seja, quando seus valores, hábitos e padrões já consolidados na sociedade são considerados regra e normas a serem seguidos como ideais para os demais. Isso, gera uma relação de poder, em que o grupo “padrão” busca manter-se no seu pódio de status social, político e econômico (Nogueira; Nogueira, 2004).

Nisso, uma família que tem o “capital cultural” e o “poder do simbólico” consequentemente manterá seus filhos longe dos desafios de manter-se nas IES, enquanto os que não estão nesse padrão, lutam para resistir aos desejos de abandonar o curso, por fatores que envolvem a aprendizagem, a ausência de perspectivas no âmbito profissional e questões financeiras e de localização.

Por não conseguir manter-se no “padrão” elitizado das IES, muitos estudantes acabam por terem dificuldades no processo de aprendizagem, qual gera uma reprovação. E esta, pode desestimular o estudante e proceder nos estudos. Assim, Machado (2009), afirmou que o sistema escolar opta por “eliminar” o estudante que não segue os “padrões” do que criar alternativas para que ele prossiga.



Assim, compreende-se de acordo com a lógica de Bourdieu (1982), que a estrutura acadêmica produz e reproduz e instiga a perpetuação das desigualdades no âmbito educativo que está totalmente vinculado às questões sociais e também econômica, quais ligadas ao capital cultural e a violência simbólica. Diante disso, é importante que o Estado por meio de políticas públicas gere estratégias para que a evasão seja contida.

Segundo Cardoso (2014) a maioria das universidades que possuem programas de ação afirmativa não têm programas de permanência causando o fenômeno “inclusão excludente”. A política pública pode ser descrita como uma parte específica da política com o objetivo de amenizar as diferenças sociais presentes na sociedade.

Para Dias (2012, p. 12), “[...] são ações compreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade social, tendo por objetivo dar condições para todos possam atingir uma melhoria de qualidade de vida compatível com a dignidade humana”.

Assim, nota-se de acordo com Freitas (2016, p.23) que sendo a evasão uma situação que esteja diretamente vinculada à questões pessoais e também sociais, é condicionada a ser uma questão de responsabilidade pública, pois,

[...] ao se pretender uma mudança nas ocorrências de fenômenos, como a diminuição do número de casos de evasão, é preciso buscar formas de intervenção, as quais devem se fundamentar no entendimento das causas, motivos ou condições associadas ao fenômeno”

Assim, a seguir apontaremos algumas ações do Estado, no caso, políticas públicas que foram criadas mediante estudos avaliativos diagnósticos, quais analisaram condicionantes que promovem a evasão, para fins de contê-la, haja vista, que a educação é uma responsabilidade do Estado, no entanto, ele deve garantir o acesso como também a permanência.

Assim, ressaltamos que, que a evasão, nesta perspectiva em estudo, está sendo investigada para além de condições pessoais, mas de situações que envolvem diretamente questões econômicas, sociais e públicas. A exemplificar, a desistência por falta de financiamento.

Finatti (2007) salienta que as dificuldades não se encontram somente no acesso a universidade. A permanência também é um desafio, pois mesmo que os estudantes tenham-se matriculados em instituições públicas, têm gastos como transporte, alimentação, livros, entre outras variáveis. Portanto, além da ampliação do acesso, é necessário discutir sobre a situação atual das condições de permanência.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovado em 2007 e adotado em 2008, teve como objetivo o investimento em recursos para a permanência dos



estudantes no ensino superior público federal, objetivando reduzir as desigualdades sociais, democratizando as condições de permanência e conclusão.

Para Souza, Tabosa e Simonsassi (2015), o motivo para elaboração do PNAES foi a mudança do perfil socioeconômico dos universitários, aumentando a demanda por recursos de assistência estudantil. Estrada (2013) apresenta a ideia que o PNAES desenvolve iniciativas como: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e de acesso, participação e aprendizagem de estudantes portadores de necessidades especiais.

Com base no exposto, conforme destacado por Estrada (2013), a assistência estudantil visa promover iniciativas que atendam às necessidades dos estudantes como indivíduos em processo de formação. Essas iniciativas tem o objetivo a garantia da igualdade de oportunidades, melhorar o desempenho acadêmico e agir de maneira preventiva para reduzir a retenção e a evasão de estudantes devido a dificuldades financeiras.

O Ministério da Educação (MEC, 2018), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), conduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tem como propósito antecipar a inserção dos estudantes de graduação em licenciatura nas salas de aula do ensino básico da rede pública.

Melo e Lyra (2020, p. 137) ressaltam que:

Outra característica importante dos programas é seu caráter social, ao oferecer bolsas de apoio financeiro aos estudantes, ela permite que estudantes de baixa renda deem continuidade à sua formação de forma completa, respeitando e reforçando os pilares de formação dentro da universidade pública: ensino, pesquisa e extensão, possibilitando o retorno à sociedade de seus investimentos em uma formação de professores pública, gratuita e de qualidade [...]

A Iniciação Científica (IC) por outro lado auxiliam aqueles discentes que querem se aprofundarem na vida acadêmica, com o objetivo de seguir na pesquisa, e além disso, auxilia de modo financeiro os estudantes e isso, auxilia eles a se manterem. Como aponta o Ministério da Educação (MEC, 2018)

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) foi o primeiro programa institucional criado para a iniciação científica. Concede bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação que queiram participar de um projeto de pesquisa, assim como estudantes de ensino médio, e tem como objetivo contribuir tanto na formação de recursos humanos para a pesquisa quanto na redução do tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, possibilitando o acesso e a integração do estudante à cultura científica.

Massi e Queiroz (2010, p. 174) ressaltam a IC “[...] como um processo no qual é fornecido o conjunto de conhecimentos indispensáveis para iniciar o jovem nos ritos, técnicas e tradições da ciência”. Compreende-se que a IC pode ser o primeiro acesso do discente ao campo de trabalho acadêmico.



Além de integrar o estudante a vida acadêmica, a bolsa recebida pela Iniciação Científica auxilia na vida socioeconômica do discente, sendo, também, uma política de permanência nas universidades, isso é visto segundo Fava (2000) que afirmou:

[...] a iniciação científica também oferece um auxílio financeiro. Muitos bolsistas utilizam estes recursos para comprar livros, fazer documentações, etc. Alguns usam esse auxílio para ajudar a própria família ou para dispensar a mesada doméstica. Portanto, a iniciação científica exercita também uma outra responsabilidade de natureza social perante uma realidade diferente daquela exclusivamente científica.

A Residência Pedagógica (RP) segundo o Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2018), um programa com o objetivo de promover e apoiar projetos de residência pedagógica conduzidos por Instituições de Ensino Superior. Seu propósito principal é melhorar a formação inicial de professores da educação básica que estão matriculados em cursos de licenciatura.

## **CONCLUSÃO**

A evasão precisa ainda ser estudada e analisada para que por meio de avaliação possam ser traçadas ações para seu combate. E nesse sentido, entedê-la em suas mais diversas situações e fatores, promove o conhecimento de suas causas, vinculadas à fatores internos e externos às universidades.

No entanto, é importante retomar a ideia de que, é válido analisar a situação dos alunos evadidos na perspectiva socioecômica e cultural diante das estruturas cristalizadas nos ambientes universitários. Não acreditamos que as IES devem ser negligentes no que tange aos conteúdos e conhecimentos a seres exigidos. Mas, que possam auxiliar os estutantes nesse processo de evolução para que as desigualdades estruturais não sejam mantidas e reproduzidas pelas intuições, mas que a educação cumpra sua finalidade de transformação social.

Mediante o exposto, considea-se que algumas ações promovidas por meio das políticas públicas tem sido caminhos para que estudantes consigam permanecer nos estudos. Pois, com bolsas ofertadas pelo PIBID, Residdência Pedagógica e Iniciação Científica é um auxílio financeiro qual coopera para a progressão desses indivíduos.

Destacamos que, essas ações precisam ser fortalecidas de modo interno das intuições e também por instancias maiores para que diretamente a evasão possa ser reduzida e consida fortalecer a presença dos estudantes na universidade pública. Que tais projetos além de propiciar auxílio financeiro, também garatam o crescimento social e intelectual dos envolvidos para que a educação consiga atingir o seu objetivo que é transformação social.



## REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Claudete Batista. **Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008

ESTRADA, A. **Permanência na Educação Superior: Aspectos da Assistência Estudantil**. Permanência na educação superior: aspectos da assistência | eumed.net. Acesso em 12 mar 2024

FAVA-DE-MORAES, Flavio; FAVA, Marcelo. A INICIAÇÃO CIENTÍFICA muitas vantagens e poucos riscos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 73-78, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/jPHKPG8MJtsHnyqF4PfMLDC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FINATTI, Betty Elmer. **Assistência Estudantil na Universidade Estadual de Londrina/UEL**. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, Londrina. FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. Assistência Estudantil: Uma questão de Investimento. 2000. Disponível em: [http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist\\_est.html](http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est.html). Acesso em 25 fev. 2024

FREITAS, Rafael Scarassatti. **A ocorrência da evasão do ensino superior: uma análise das diferentes formas de mensurar**. 2016. 82 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305324>. Acesso em: 04 mar. 2024

LOBO, Maria Beatriz Carvalho de Mello. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Cadernos**, Brasília, DF, v. 25, 2012.

MASSI, L.; QUEIROZ, S. L. Estudos sobre Iniciação Científica no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p. 173-197, jan./abr., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sbMpbTCj34fBkxn35Ct45Nm/?format=pdf&lang=pt>; Acesso em 09 mar. 2024

MELO, Natali; LYRA, Keila Alves P. A importância do PIBID e do PIBIC: uma reflexão sobre programas de formação docente. **Iniciação Científica Cesumar**, v. 22, n. 1, p. 133-139, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/7987>. Acesso em 15 fev. 2024.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004



NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário**: condições de saída e de retorno a instituição. 2000. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253539>. Acesso em: 27 fev. 2024.

RODRIGUES, S. M. Y.O. **Investigando a evasão acadêmica para subsidiar propostas de políticas públicas de acesso e permanência na UNESPAR / FECILCAM**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

SILVA, L. C. F. da. **Evasão Escolar**: Fatores Associados e Boas Práticas de Prevenção e Remediação. 2009. Disponível em: . Acesso em: <http://www.cenpec.org.br/biblioteca/educacao/estudos-e-pesquisas/evasaoescolar-fatores-associados-e-boas-praticas-de-prevencao-e-remediacao>. Acesso em; 02 mar. 2024

SOUSA, José Nailton Martins de. **Principais Fatores Que Impactam Na Reprovação E Evasão Dos Alunos Dos Cursos Tecnológicos Do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Ceará**. 2015. 28 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.